



A Importância da Proteção Ambiental na Sociedade Contemporânea

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O meio ambiente tem uma contribuição significativa na manutenção da vida no planeta, pois dele vem os recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana para o equilíbrio dos ecossistemas. No entanto, nos últimos anos, o avanço das atividades industriais, o aumento do consumo e da exploração intensa dos recursos naturais tem provocado impactos evidentes. Esse cenário tem contribuído para a degradação ambiental e para o agravamento de problemas como mudanças climáticas e a perda da biodiversidade. Diante disso, a proteção ambiental assume uma posição central nas discursões contemporâneas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece, em seu artigo 225, o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, atribuindo ao poder público e à sociedade a responsabilidade por sua preservação.

Objetivo

Esta pesquisa procura analisar a relevância da proteção ambiental na sociedade contemporânea, destacando seus reflexos nos campos sociais, jurídico e ecológico.

Material e Métodos

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, com base em artigos científicos, livros e legislações voltadas ao direito ambiental. A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória. As fontes foram tiradas de bases acadêmicas, como o Google Acadêmico e foi feita uma análise de normas jurídicas brasileiras relacionadas à proteção ao meio ambiente.

Resultados e Discussão

Os estudos consultados reforçam que proteger o meio ambiente é garantir qualidade de vida hoje e amanhã. A degradação causada por práticas como desmatamento, poluição e uso excessivo dos recursos naturais tem consequências graves: redução da biodiversidade, intensificação das mudanças climáticas e desequilíbrio ecológico.

Nesse contexto, a legislação brasileira exerce papel fundamental. A Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), por exemplo, estabelece sanções para condutas que prejudicam o meio ambiente, funcionando como instrumento de responsabilização e prevenção.

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Entretanto, a lei por si só não basta. A conscientização da sociedade e a adoção de práticas sustentáveis — como consumo responsável, reciclagem e uso de energias renováveis — são caminhos indispensáveis para que a preservação ambiental se torne realidade. A proteção do meio ambiente, portanto, é um esforço coletivo que envolve tanto políticas públicas quanto mudanças de comportamento individual e comunitário.

Conclusão

A proteção ambiental é condição essencial para a manutenção do equilíbrio ecológico e para assegurar uma vida digna às presentes e futuras gerações. A efetividade das normas jurídicas, somada à participação ativa e consciente da sociedade, é a chave para reduzir impactos ambientais e promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Artigos científicos disponíveis em bases acadêmicas.